



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL (IVS)

ANEXO I
ORIENTAÇÕES PARA O ENVIO CORRETO DA
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL (CTPS)

[*] CTPS – Modelo Antigo

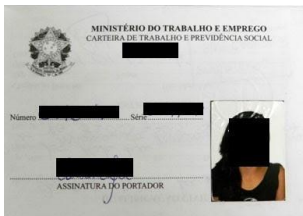
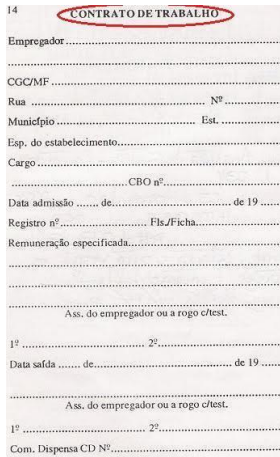

<p>1. Página da foto - obrigatória.</p>  <p>MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL</p> <p>Nome: [REDACTED] Sobra: [REDACTED]</p> <p>ASSINATURA DO PORTADOR</p>	<p>3) Página do Contrato de Trabalho - obrigatória.</p>  <p>14 <u>CONTRATO DE TRABALHO</u></p> <p>Empregador.....</p> <p>CGC/MF.....</p> <p>Rua..... Nº.....</p> <p>Município..... Est.....</p> <p>Esp. do estabelecimento.....</p> <p>Cargo.....</p> <p>CBO nº.....</p> <p>Data admissão..... de..... de 19.....</p> <p>Registro nº..... Fis./Ficha.....</p> <p>Remuneração especificada.....</p> <p>Ass. do empregador ou a rogo c/est.....</p> <p>1º..... 2º.....</p> <p>Data saída..... de..... de 19.....</p> <p>Ass. do empregador ou a rogo c/est.....</p> <p>1º..... 2º.....</p> <p>Com. Dispensa CD Nº.....</p>
<p>2. Página da qualificação - obrigatória.</p>  <p>QUALIFICAÇÃO CIVIL</p> <p>Nome: [REDACTED]</p> <p>End. Res. [REDACTED] - Fone: [REDACTED] - Cidade: [REDACTED] - UF: [REDACTED]</p> <p>Prof. [REDACTED] - Estado: [REDACTED]</p> <p>Data Exatidão C.T.P.S. [REDACTED]</p> <p>ESTRANGEIRO</p> <p>Citadão de Brasil em [REDACTED] - Doc. Ident. Nº [REDACTED]</p> <p>Prof. [REDACTED] - Estado: [REDACTED]</p> <p>Data Exatidão C.T.P.S. [REDACTED]</p> <p>Com. Dispensa CD Nº [REDACTED]</p>	

Figura 1: Página de identificação. Fonte: Google;

Figura 2: Página de qualificação civil. Fonte: Google;

Figura 3: Página da seção de “contrato de trabalho”. Fonte: Google.

[**] CTPS – Modelo Novo





<p>1. Página da foto - obrigatória.</p> 	<p>3)Página do Contrato de Trabalho - obrigatória.</p> 
<p>2. Página da Qualificação Civil - obrigatória.</p> 	

Figura 4: Página de identificação. Fonte: Google;

Figura 5: Página de qualificação civil. Fonte: Google;

Figura 6: Página da seção de “contrato de trabalho”. Fonte: Google.

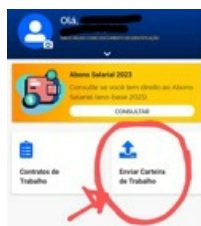
[***] CTPS - Modelo Digital

<p>1. Baixar e instalar o aplicativo (App): Carteira de Trabalho Digital.</p> 	<p>2. Ao acessar o App, ele vai solicitar que você faça login com sua conta gov.br</p> 
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

3. Faça login com seu CPF e SENHA



4. Na página inicial, você deverá “Enviar Carteira de Trabalho”



5. Selecione a caixinha: “Todos os dados da carteira”



6. Depois clique no ícone “PDF” no canto inferior direito da página



7. Após clicar no ícone do PDF, abrirá na tela um PDF com a sua CTPS Digital



8. Neste ponto, você ainda terá duas opções:

8.1. **SALVAR** - você pode salvar no seu celular e, posteriormente inserir no SUAP;

8.2. **ENVIAR** - você poderá enviar sua CTPS Digital para outro local, a exemplo de e-mail, whatsapp, etc.

Por fim, cabe salientar que, no final do PDF gerado (ou seja, da sua CTPS Digital), na nota de rodapé há a seguinte informação:

“Documento assinado digitalmente pela Dataprev em xx/xx/xxxx”.

Esta data informada no documento deve estar atualizada, de acordo com os meses do Edital em questão.

ANEXO II
MODELO DO EXTRATO DO BENEFÍCIO DO INSS

Página 2 de 3

 **INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**
Histórico de Créditos

28/01/2021 13:21:23

Identificação do Filiado

NIT: _____ **CPF:** _____ **Data de Nascimento:** 29/01/1949

Nome: _____

Nome da mãe: _____

Compet. Inicial: 08/2020 **Compet. Final:** 01/2021

303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 1.045,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 0,49
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 52,25

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
10/2020	01/10/2020 a 31/10/2020	R\$ 1.045,00		Pago	06/11/2020	06/11/2020	Não	Não

Banco: _____ **OP:** _____ **Ocorrência:** Pagamento efetivado

Data Cálculo: 10/10/2020 **Origem:** Maciça **Validade Início:** 06/11/2020 **Fim:** 30/12/2020

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 1.045,00
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 1.045,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 0,49
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 52,25

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO CONJUGAL DO RESPONSÁVEL FAMILIAR

Eu _____, inscrito/a no CPF sob o nº _____,
_____, residente na Rua/Av. _____, nº _____, bairro _____, município de _____; **DECLARO** para os devidos fins de direito que minha situação conjugal é a seguinte:

(descreva detalhadamente). Estou ciente que são de minha inteira responsabilidade as informações prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro*.

_____, ____ de _____ de _____.
cidade dia mês ano

Assinatura do declarante

*O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO IV
DECLARAÇÃO NEGATIVA DE CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL (CTPS)

Eu _____, inscrito/a no CPF sob o nº _____-_____, residente na Rua/Av. _____, nº _____, bairro _____, município de _____; **DECLARO** para os devidos fins de direito que não possuo Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade as informações prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro*.

_____, ____ de _____ de _____.
cidade dia mês ano

Assinatura do declarante

**O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.*

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)

Eu _____ (locador), inscrito/a no CPF sob o nº _____, residente na Rua/Av. _____, nº _____, bairro _____, município de _____ DECLARO ser isento(a) da apresentação da Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física (DIRPF) nos exercícios (anos), por não incorrer em nenhuma das hipóteses de obrigatoriedade estabelecidas pelas instruções normativas (IN) da Receita Federal do Brasil (RFB).

Esta declaração está em conformidade com a IN RFB Nº 1548/2015 e com a Lei Nº 7.115/83.

Declaro ainda, sob as penas da lei, serem verdadeiras todas as informações acima prestadas.

_____, ____ de _____ de _____.
cidade dia mês ano

Assinatura do declarante

**O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.*

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE TRABALHO/ EMPREGO (OU SITUAÇÃO DE DESEMPREGO)

Eu _____, inscrito/a no CPF sob o nº _____._____._____-_____, residente na(o) _____
_____ **DECLARO** para os devidos fins que minha situação atual de trabalho/ emprego é a seguinte (marque apenas 1 opção de acordo com a sua situação):

() **Trabalho autônomo (SEM contribuição previdenciária - INSS)**, com renda mensal no valor de R\$ _____, trabalhando com/como (informe qual atividade desenvolve): _____;

() **Trabalho como profissional liberal (COM contribuição previdenciária - INSS)**, com renda mensal no valor de R\$ _____, trabalhando com/como (informe qual atividade desenvolve): _____;

() **Trabalho informal (bicos)**, com renda mensal no valor de R\$ _____, trabalhando com/como (informe qual atividade desenvolve): _____;

() **Agricultura/trabalho rural/pesca artesanal**, com renda mensal no valor de R\$ _____, trabalhando com/como (informe qual atividade desenvolve): _____;

() **Agricultura de subsistência/pesca de subsistência**, SEM RENDIMENTO proveniente dessa atividade, e o meu sustento provém de (informe): _____;

() **Estou desempregado(a)**, não desempenho nenhuma atividade remunerada no momento, e o meu sustento provém de (informe): _____.

Estou ciente de que as informações prestadas neste documento são de minha inteira responsabilidade, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro.

_____, ____ de _____ de _____.
cidade dia mês ano

Assinatura do declarante

ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA*

Eu _____, inscrito/a no CPF sob o nº _____-_____, residente na Rua/Av. _____, nº _____, bairro _____, município de _____; **DECLARO** para os devidos fins que recebo de _____ (*nome completo da pessoa que paga a pensão*) a quantia de R\$ _____ a título de pensão alimentícia em favor de _____ (*nome do filho(a) ou dependente*). Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade as informações prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro.**

_____, ____ de _____ de _____.
cidade dia mês ano

Assinatura do declarante

**O recebimento de pensão alimentícia pode ser tanto aquele determinado pela justiça no momento do divórcio dos genitores, quanto aquele pago informalmente a título de contribuição financeira para a subsistência do/ a filho/a.*

***O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.*

ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE AJUDA FINANCEIRA

Eu _____ (quem presta o auxílio financeiro), inscrito/a no CPF sob o nº _____, residente na Rua/Av. _____, nº _____, bairro _____, município de _____; **DECLARO** para os devidos fins de direito que ajudo financeiramente o/a Sr/a. _____ com o valor mensal aproximado de R\$ _____.

Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade as informações prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro*.

_____, ____ de _____ de _____.
cidade dia mês ano

Assinatura do declarante

(aquele que ajuda financeiramente)

**O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.*

ANEXO IX
DECLARAÇÃO DE TRANSPORTE UTILIZADO PARA DESLOCAMENTO ATÉ O CAMPUS

Eu _____, inscrito/a no CPF sob o nº _____-_____, residente na Rua/Av. _____, nº _____, bairro _____, município de _____; DECLARO para os devidos fins de direito que o (a) estudante _____ utiliza o(s) seguinte(s) meio(s) de transporte para se deslocar para o IFPB Campus Picuí:

- Transporte pago (ônibus, táxi, moto-táxi, veículos de transporte por aplicativos, transporte escolar, etc.), com custo médio mensal de R\$ _____.
- Transporte próprio (carro, moto ou similares).
- À pé ou de bicicleta.
- Transporte gratuito.

Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade as informações prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro.*

_____, ____ de _____ de _____.
cidade dia mês ano

Assinatura do declarante

*O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO XI
DECLARAÇÃO DE IMÓVEL CEDIDO

Eu _____ (quem cede o imóvel), inscrito/a no CPF sob o nº _____-_____, residente na Rua/Av. _____, nº _____, bairro _____, município de _____; DECLARO para os devidos fins de direito que cedi o imóvel localizado na Rua/Av. _____, nº _____, bairro _____, município de _____ para uso do(a) Sr(a). _____ e sua família, sem a cobrança de nenhum valor.

Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade as informações prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro.*

_____, ____ de _____ de _____.
cidade dia mês ano

Assinatura do declarante

*O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO XII
DECLARAÇÃO DE IMÓVEL ALUGADO

Eu _____ (locador), inscrito/a no CPF sob o nº _____, residente na Rua/Av. _____, nº _____, bairro _____, município de _____; declaro para todos os fins de direito e sob as penas da Lei, que ALUGO ATUALMENTE o imóvel situado à Rua/Av: _____ Nº: _____ Bairro: _____ para o(a) Sr.(a) _____ (locatário), RG _____ e CPF _____ desde ____ / ____ / _____ até os dias atuais, pelo valor mensal de R\$ _____.

Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade as informações prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro.*

_____, ____ de _____ de _____.
cidade dia mês ano

Assinatura do declarante

*O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO XIII
DECLARAÇÃO DE GRAU DE ESCOLARIDADE DO RESPONSÁVEL FAMILIAR

Eu _____, inscrito/a no CPF sob o nº _____, responsável pela família do estudante _____, residente na Rua/Av. _____, nº _____, bairro _____, município de _____; DECLARO para os devidos fins de direito que meu grau de escolaridade é:

- () Não alfabetizado
- () Ensino Fundamental incompleto
- () Ensino Fundamental completo
- () Ensino Médio incompleto
- () Ensino Médio completo
- () Ensino Superior incompleto/cursando
- () Ensino Superior completo/ Graduação concluída
- () Pós-graduação

_____, ____ de _____ de _____.
cidade dia mês ano

Assinatura do declarante

*O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Jose Hernando Cavalcanti Filho, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - DG-PC**, em 14/02/2024 17:25:18.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 14/02/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código 531769

Verificador: ddb26d10ef

Código de Autenticação:



PB 151, S/N, Cenecista, PICUI / PB, CEP 58187-000
<http://ifpb.edu.br> - (83) 3371-2727